



Reunião conjunta da Câmara e do Senado

Congresso aprova o texto-base da LDO

Proposta prevê déficit primário de R\$ 139 bilhões; deputados e senadores também aprovaram créditos suplementares

O Congresso Nacional aprovou nesta madrugada o texto-base da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, que prevê um déficit primário de R\$ 139 bilhões como meta fiscal. Se essa diferença

for menor, os recursos serão usados para a redução da dívida pública e em restos a pagar e transferências aos estados. Deputados e senadores aprovaram ainda quatro projetos de créditos suplementares. | 3

Ministro defende limite para gasto já em 2017 | 4

Alex Ferreira

Proposta anticorrupção volta a ser alvo de críticas | 8



O juiz Marcelo Semer, que criticou o texto em análise

Lucio Ribeiro Jr.

Fim do foro privilegiado recebe o apoio de entidades | 5



João Costa, presidente da Associação de Magistrados

Maçons querem mais participação no Executivo

Segundo grão-mestre, o momento é bom para atuar, pois o presidente interino Michel Temer é maçom experiente

Durante sessão solene realizada na sexta-feira (19) na Câmara dos Deputados, o grão-mestre do Distrito Federal, Francisco Galdiano, disse que a maçonaria brasileira deve atuar para ter maior poder de ação sobre as pautas de interesse nacional.

Segundo ele, o período é “próspero para a ordem” já que, o presidente interino Michel Temer “é um maçom com vasta experiência”, e que agora ocupa o cargo de presidente da República.

A sessão homenageou o Dia do Maçom, celebrado no dia 20 de agosto. A data é em homenagem a uma sessão histórica entre as Lojas de Maçonaria que ocorreu em 1822, no Rio de Janeiro. O irmão Gonçalves Ledo teria feito um discurso emocionante e inspirador, pedindo a independência do País ainda naquele ano. Menos de um mês



Luis Macedo

A sessão no Plenário da Câmara homenageou o Dia do Maçom, celebrado no dia 20 de agosto

depois Dom Pedro 1º proclamou a Independência do Brasil, no dia 7 de setembro.

O autor do requerimento, deputado Izalci (PSDB-DF), disse que a maçonaria passa

por desafios, porque deve lutar contra o tráfico, a violência, e principalmente a corrupção presente no Brasil.

Participação - Em mensagem lida na sessão, o pre-

sidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou que desde 1797, quando iniciou as atividades em Salvador, a maçonaria teve grande atuação no progresso do País, partici-

pando ativamente de eventos como a abolição da escravidão, a independência e a proclamação da República.

O soberano grão-mestre do Brasil, Marcos José da Silva, afirmou que a maçonaria deve ampliar sua atuação no Poder Executivo, trabalhando juntamente com parlamentares, a fim de ter maior participação na tramitação dos projetos de lei. “Com maior amplitude das ações teremos resultados eficientes”, disse.

Pesquisa recente feita em São Paulo citada por ele concluiu que a maior parte da população não conhece a maçonaria. Silva disse pretender que a maçonaria participe mais ativamente de questões políticas – manifestando e colhendo assinaturas – para dar maior visibilidade à sociedade, e assim, mostrar à população o trabalho exercido.



» Acordo do Clima

A Frente Parlamentar Ambientalista reúne-se para discutir a contribuição do setor empresarial para implementação do Acordo do Clima. O encontro será aberto pelo ministro do Meio Ambiente,

Sarney Filho. Anexo IV, 10º andar, Restaurante Senac, 8h

» Corrupção

A comissão especial do PL 4850/16 (medidas contra a corrupção) faz audiência pública. Plenário 14, 9h30

» Regime fiscal

A comissão especial do Novo Regime Fiscal (PEC 241/16) ouve o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Plenário 9, 9h30

» Tráfego aquaviário

A Comissão de Viação e

Transportes discute o PL 2149/15, relativo à segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional. É convidado o ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella Lessa. Plenário 11, 10h

» Educação infantil

A comissão mista sobre a MP 729/16, referente ao apoio financeiro da União aos municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil, reúne-se para apreciação de relatório.

Plenário 2, Ala Senador Nilo Coelho, Senado, 11h30

» Dívidas rurais

A comissão mista sobre a MP 733/16, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural, aprecia o relatório. Plenário 2, Ala Senador Nilo Coelho, Senado, 12h

» Terras para o Amapá

A Comissão de Direitos Humanos discute os impactos sociais da transferência de terras da União para o Amapá. Plenário 9, 14h

» Obras federais

A comissão externa sobre obras federais faz audiência pública sobre as principais ações paralisadas que são custeadas por recursos do Orçamento e sobre as medidas para retomada dos empreendimentos e mitigação do risco de novas paralisações. Plenário 8, 14h30

» Aids

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência discute a incidência da Aids entre as pessoas com deficiência. Plenário 13, 15h

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 55ª Legislatura

Presidente: **Rodrigo Maia (DEM-RJ)**

1º Vice-Presidente
Waldir Maranhão (PP-MA)

2º Vice-Presidente
Giacobo (PR-PR)

1º Secretário
Beto Mansur (PRB-SP)

2º Secretário
Felipe Bornier (Pros-RJ)

3ª Secretária
Mara Gabrielli (PSDB-SP)

4º Secretário
Alex Canziani (PTB-PR)

Suplentes:
Mandetta (DEM-MS)

Gilberto Nascimento (PSC-SP)
Luiza Erundina (PsoI-SP)
Ricardo Izar (PP-SP)

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Secretário: José Priante (PMDB-PA)

Diretora-Executiva: Gisele Rodrigues

Diretor de Mídias: Caíque Novis

Diretor de Agência e Jornal:

João Pitella Junior

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 / 1611 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1626

(61) 3216-1500

secom@camara.leg.br

Jornal da Câmara

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Sandra Crespo

Ralph Machado

Diagramadores

Gilberto Miranda

Roselene Guedes

Renato Palet

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
José Carlos Araújo (PSD-BA)

Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos
Lúcio Vale (PR-PA)

Corregedor Parlamentar
Carlos Manato (SD-ES)

Procurador Parlamentar
Claudio Cajado (DEM-BA)

Ouvidor Parlamentar
Heráclito Fortes (PSB-PI)

Coordenadora dos Direitos da Mulher
Dâmina Pereira (PSL-MG)

Procuradora da Mulher
Elcione Barbalho (PMDB-PA)

Secretário de Relações Internacionais
Mário Heringer (PDT-MG)

Diretor-Geral: **Lúcio Henrique Xavier Lopes**

Secretário-Geral da Mesa: **Wagner Soares Padilha**

LDO prevê deficit de R\$ 139 bilhões em 2017

Proposta que vai à sanção presidencial limita os gastos do próximo ano às despesas de 2016 corrigidas pela inflação

O Congresso Nacional aprovou o texto-base do projeto da nova Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017. Relatado pelo senador Wellington Fagundes (PR-MT), o texto prevê um deficit primário de R\$ 139 bilhões, ou 2,04% do Produto Interno Bruto (PIB), como meta fiscal para o ano que vem. A análise foi interrompida na madrugada quando faltavam três destaques a serem votados na próxima sessão do Congresso Nacional, ainda sem data marcada.

O texto estabelece ainda meta de deficit de R\$ 3 bilhões para as estatais e de R\$ 1,1 bilhão para estados e municípios. “A nossa realidade fiscal indica um perfil de muitas dificuldades. A ideia que nos orientou foi trazer o realismo à elaboração do orçamento”, afirmou o relator.

Teto - O ponto mais polêmico do texto foi a previsão de limitar as despesas primárias da União em 2017 aos pagamentos deste ano corrigidos pela inflação oficial (IPCA) de 2016. A regra vale não só para a execução do gasto em si, mas também para a elaboração orçamen-



O projeto foi relatado pelo senador Wellington Fagundes; oposição tentou barrar limite de gastos

tária. A vinculação da despesa à inflação também vale para gastos com a saúde.

Já existe uma regra constitucional para correção desse piso. Para 2017, o montante mínimo a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde é de 13,7% da receita corrente líquida (RCL) da União. A redação aprovada na LDO funcionaria como salva-

guarda, já que a atual queda da arrecadação federal afetará o valor do piso em 2017. Assim, se a redação aprovada for preservada pelo governo, além de atender o percentual mínimo de 13,7% da RCL, o piso não poderá ser inferior ao empenhado em 2016 corrigido pelo IPCA.

Críticas - O teto de gastos foi criticado no Plenário.

Os partidos de oposição (PT, PCdoB, PDT e Psol) usaram de todos os mecanismos regimentais para tentar inviabilizar a votação do projeto da LDO. Os partidos não concordam com a inclusão, na LDO, do limite de gastos públicos vinculado à inflação. Essa medida, parte do ajuste fiscal do governo Michel Temer, consta ainda da Propos-

“A nossa realidade fiscal indica um perfil de muitas dificuldades”.

Senador Wellington Fagundes

ta de Emenda à Constituição 241/16 (leia mais na página 4). “Não podemos aceitar que a regra entre em vigor sem o debate democrático que é requisito da PEC. Essa regra vai levar a um colapso dos serviços públicos do País”, criticou Henrique Fontana (PT-RS). “O que se está passando para a mídia e para sociedade é que não temos nenhuma outra saída que não seja achatá-los gastos sociais”, disse o líder do Psol na Câmara, Ivan Valente (SP).

As críticas foram rebatidas pelo deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), para quem o corte nos gastos é necessário para reestruturar a economia. “É fundamental que a LDO seja um começo da retomada, da reconstrução do País, um país que foi destruído, dilapidado”, disse.

O relator defendeu o limitador. “Se faz necessário melhor gerenciar os gastos do Estado como forma de equilibrar as contas do governo.”

Congresso aprova cargos para Justiça Eleitoral e mantém vetos

O Congresso Nacional aprovou ontem quatro projetos de lei (PLN) com créditos suplementares ao orçamento de 2016, além do PLN 3/16, que modifica a lei orçamentária para ampliar o número de cargos e funções comissionadas que poderão ser providos este ano pela Justiça Eleitoral.

A Lei 13.150/15 criou 6.412 cargos e funções nos tribunais regionais eleitorais do País. O PLN 3 viabiliza a contratação de metade (3.206) este ano. O orçamento em vigor só traz autorização para provimento de 161 cargos.

O aumento do número de admissões representa um impacto de R\$ 70,8 milhões nos gastos com pessoal da Justiça Eleitoral em 2016. O valor é bem superior aos R\$ 2,1 milhões reservados na lei para os 161 cargos. O Tribu-

R\$ 70,8 mi
é o custo orçamentário da criação dos cargos nos TREs

nal Superior Eleitoral (TSE), que solicitou os cargos em regime de urgência para as eleições deste ano, afirmou que o custo das contratações adicionais já está contemplado no orçamento de pessoal da Corte e não implicará aumento de gastos.

Créditos - O PLN 5/16 abre um crédito suplementar de R\$ 1,908 bilhão para os Encargos Financeiros da União. Os recursos vão ser direcionados para o pagamento de bancos federais que operacionalizam políticas públicas do governo, como o programa Bolsa Família, o seguro-desemprego, o abono salarial e o recolhi-



Novos cargos vão ser usados nas eleições municipais de outubro

mento das guias de pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A lei orçamentária de 2016 já consigna R\$ 534,2 milhões para este tipo de despesa.

Também foram aprovados dois projetos de crédito suplementar com recursos para a Justiça do Trabalho e ministérios da Saúde, Cida-

des Integração Nacional.

Vetos - O Congresso manteve todos os vetos a projetos de lei analisados em sessão conjunta ontem, dentre os quais o que previa a destinação de 10% dos recursos do programa Minha Casa, Minha Vida para a construção de imóveis direcionados a pessoas de baixa renda nos

municípios com menos de 50 mil habitantes.

O dispositivo vetado constava do projeto de lei de conversão da Medida Provisória 698/15 e obteve 210 contrários, mas para derrubá-lo na Câmara eram necessários 257 votos. No Senado, o veto precisa do voto contrário de 41 de senadores.

Segundo o governo, o veto foi necessário porque o dispositivo não priorizaria o atendimento de municípios com maior deficit habitacional. A MP foi convertida na Lei 13.274/16.

Gestantes - Outro veto mantido foi ao Projeto de Lei 814/07, do deputado Sandes Júnior (PP-GO), que determina o afastamento de gestantes e lactantes de atividades, operações ou locais insalubres. Houve 138 votos a favor de manter o veto e 121 contra na Câmara.

José Cruz/Agência Brasil



Henrique Meirelles participa hoje de debate na comissão especial que analisa a PEC 241

Meirelles se reúne com deputados e defende teto de gastos para 2017

Ministro da Fazenda diz que próximo Orçamento já deve contemplar o limite para as despesas

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, espera que a proposta de emenda à Constituição do teto de gastos (PEC 241/16) esteja aprovada pelo Congresso Nacional ainda neste ano. “Idealmente, que isso seja votado este ano. Mas, se não for possível por alguma razão, certamente o ano que vem ou o mais cedo possível”, disse.

Meirelles defendeu a necessidade da mudança constitucional ontem em um café da manhã com deputados da comissão especial que analisa a proposta que limita o crescimento da despesa primária federal pelo menos nos próximos dez anos, a partir de 2017, à variação da inflação.

“Precisamos fazer uma mudança por um período suficientemente longo que dê confiança na sociedade de que as despesas públicas serão controladas e de que o País, portanto, pode voltar a crescer”, afirmou.

O encontro foi uma prévia da audiência pública que a comissão deve fazer hoje, às 9h30, em que o ministro fala-

“Precisamos fazer uma mudança por um período suficientemente longo que dê confiança de que as despesas públicas serão controladas.”

Henrique Meirelles

rá sobre a PEC aos deputados.

Números - Segundo o ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, o ministro da Fazenda levará à Câmara dados e números que comprovariam a impor-

tância de se aprovar o texto. “Nós temos uma crise fiscal seríssima”, afirmou. “Essa PEC não é necessária para o governo, é para o País.”

Saúde - Tanto o Meirelles quanto o relator da PEC na comissão, deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), defenderam a mudança constitucional sobre o dinheiro destinado pela União para saúde e educação.

Pela proposta do governo, os gastos com as duas áreas passam também a ser corrigidos pelas novas regras. Hoje, ambas estão

atreladas a percentuais da receita.

“Este ano será o menor piso da saúde de toda a história, R\$ 84 bilhões. Então, precisa ser mudado, sai da Receita Corrente Líquida e vai para o IPCA, só que o setor não perderá dinheiro”, afirmou Perondi.

De acordo com Meirelles, o modelo atual – que usa a Receita Corrente Líquida (RCL) para definir o percentual a ser repassado – é prejudicial em tempos de crise.

“Quando a economia cai, as receitas líquidas do governo também caem e, em consequência, cai também o limite mínimo do governo para educação e saúde.”

Meirelles adiantou que o orçamento de 2017 deve contemplar a previsão de um teto de gastos públicos, como determina a PEC. O Executivo precisa enviar até o final deste mês a proposta orçamentária ao Congresso.

Orçamento - Meirelles adiantou que o Orçamento de 2017 já deve contemplar a previsão de um teto de gastos públicos, como determina a PEC.

ESPORTE

Parlamentares devem avaliar o legado dos Jogos Olímpicos

A subcomissão da Câmara que acompanhou a preparação dos Jogos Olímpicos deve analisar o legado da competição no Rio de Janeiro, avaliou ontem o deputado José Rocha (PR-BA).

Ele coordenou os trabalhos do colegiado, criado pela Comissão do Esporte. Foram audiências públicas na Câmara e visitas técnicas de acompanhamento das obras de infraestrutura necessárias para a preparação da cidade para receber atletas e torcedores. A subcomissão ouviu ainda atletas, entidades desportivas e representantes do Comitê Olímpico Brasileiro.

“A comissão também pretende se interessar pelo legado que as Olimpíadas vão deixar para o País”, observou Rocha. “Como esses equipamentos vão continuar funcionando para a comunidade, o que as Olimpíadas trouxeram de positivo para o País, não só no fomento dessa atividade que é importante para os jovens, como também para a economia do País”, afirmou o deputado.

Financiamento - Já o deputado Afonso Hamm (PP-RS) disse que após as Olimpíadas e Paralimpíadas – que acontecem em setembro, também no Rio – é hora de o País se preparar para garantir o financiamento para o esporte.

“Na verdade, nós temos que legislar para pressionar o governo pela manutenção dos programas, para seguirmos incentivando”, afirmou o parlamentar. “O legado que fica é muito importante, mas precisamos seguir apoiando esses jovens atletas e os novos atletas para os futuros ciclos olímpicos.”

Transportes - Já a deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ) destacou o legado olímpico da Rio 2016 para os moradores da capital fluminense, que ganharam uma melhor infraestrutura urbana com BRT (Bus Rapid Transit – corredor exclusivo para ônibus) e VLT (Veículo Leve sobre Trilhos).



Perondi, relator da PEC, também defendeu proposta do governo

Zeca Ribeiro

Juizes e MP pedem fim do foro privilegiado

Tema foi discutido em audiência da CCJ, que analisa diversas propostas para a extinção do benefício a autoridades

Representantes de associações de juizes e de promotores defenderam ontem, em debate na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, o fim do foro especial por prerrogativa de função. Para eles, essa medida se tornou um privilégio no Brasil e leva à impunidade de autoridades que cometem crimes.

Atualmente, autoridades – inclusive juizes e promotores – acusadas de crimes são julgadas por tribunais superiores em virtude do foro privilegiado. Deputados, senadores, presidente da República e ministros, por exemplo, são julgados pelo Supremo Tribunal Federal; governadores e autoridades estaduais são julgados pelo Superior Tribunal de Justiça; e prefeitos são julgados em tribunais, na segunda instância.

A CCJ analisa diversas propostas que buscam acabar com o foro privilegiado (PEC 470/05 e apensadas). O relator, Efraim Filho (DEM-PB), defendeu que o tema seja votado logo pelo colegiado, com ênfase na discussão de como seria feita a extinção do benefício.

“Os tribunais superiores, como o STF, deveriam ser uma instância recursal, e esse é o gargalo. Os juizes de primeira instância têm uma estrutura mais adequada para acelerar os processos e estão mais blindados de pressões políticas que os de instâncias superiores”, disse.

Para a presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, o fim do foro deve valer para todas as autoridades.

“A preocupação é que hoje surgem cada vez mais cargos com prerrogativa, porque nos estados isso depende das Assembleias Legislativas. Além disso, o poder de julgar não está sendo exercido pelos tribunais de forma adequada”, afirmou.

Impunidade - Também favorável à extinção do benefício, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), João Ricardo dos Santos Costa, sustentou que o tempo de



Lucio Bernardo Jr.

Debatedores afirmaram que foro especial para autoridades atrasa processos na Justiça e gera sensação de impunidade

juizamento em tribunais superiores é muito grande, o que gera a sensação de impunidade.

Costa explicou que na primeira instância, onde normalmente começam os processos criminais, um único juiz conduz a colheita de prova e os pedidos cautelares, o que dá mais agilidade. “Depois há recursos para tribunais superiores, mas a instrução é um momento muito importante desse processo e deve ser feita na primeira instância”, acrescentou.

Opinião semelhante tem o presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Roberto Carvalho Veloso. Ele afirmou que o foro especial tem sido uma via para a impunidade, porque os julgamentos demoram muito e os crimes acabam prescrevendo

ao longo do processo.

Atualmente, conforme dados da Ajufe, há 369 inquéritos em tramitação no STF, sendo 102 ações penais. Outro levantamento, citou Veloso, indica que são necessários 617 dias para o recebimento de uma denúncia pelo tribunal.

“Apesar das inovações do Supremo, o julgamento de autoridades não é a vocação primordial de um tribunal constitucional”, afirmou, destacando que uma alteração pode resultar em punição mais efetiva aos culpados.

Exceções - O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti, também se alinhou favoravelmente ao fim do foro privilegiado, mas ad-

mitiu algumas exceções.

Na avaliação dele, é aceitável uma ressalva como a do caso da França, para impedir que o presidente da República seja julgado por crimes alheios ao exercício da função, assim como outros chefes de Poder e os ministros do STF.

Da mesma forma, disse Cavalcanti, é aceitável salvaguardas para parlamentares. A Casa legislativa em questão poderia suspender, por exemplo, um processo contra um de seus integrantes a fim de evitar perseguições. “Mas isso só seria feito com anuência da maioria absoluta e

sem a prescrição do crime”, ponderou.

Oportunidade - O presidente da CCJ, Osmar Serraglio (PMDB-PR), avaliou que este é o momento para refletir se vale a pena manter o foro privilegiado, porque o STF não consegue julgar os processos, apesar de ter se esforçado para acelerar os procedimentos.

O Supremo, lembrou o deputado, criou a figura de juizes instrutores, que iniciam os processos e auxiliam os ministros, e também permitiu que as ações penais sejam julgadas pelas turmas, e não pelo Plenário.

“Apesar disso, a Corte deixa a sua vocação de tribunal constitucional para se ater a crimes que poderiam ser julgados por um juiz normal”, afirmou.

369

inquéritos que envolvem autoridades estão no STF

Sete líderes querem antecipar votação sobre Cunha

O líder da Rede, Alessandro Molon (RJ), apresentou requerimento para tentar antecipar a votação da cassação do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). A votação está marcada para 12 de setembro – o pedido solicitava a antecipação para ontem, 23 de agosto.

Molon afirmou que o requerimento tem apoio de PSB, PPS, PDT, PCdoB, Psol e PT. “Sete líderes apoiam esse requerimento”, disse. “O temor é que no dia 12 de setembro, por ser muito perto das eleições, tenhamos um quórum muito baixo. Sabe-

mos que cada ausência conta a favor de Cunha.”

Para Rodrigo Maia, não há risco de falta de quórum para votação. “A data está marcada, tem um motivo de ser. No dia 12 de setembro faremos a votação e encerraremos esse assunto.”

Cunha responde a processo por quebra de decoro parlamentar sob a acusação de mentir na CPI da Petrobras sobre contas no exterior. Ele diz que não mentiu, pois não é proprietário de conta, e sim beneficiário de um truste – entidade que administra bens e recursos.



Alex Ferreira

Maia afirmou ontem em entrevista que a data está mantida

Câmara aprova isenção tributária para Academia Brasileira de Letras

Texto também anistia dívidas e beneficia ABL e Instituto Histórico e Geográfico e vai ao Senado

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou ontem o Projeto de Lei 2713/11, do Senado, que concede isenções tributárias à Academia Brasileira de Letras (ABL), à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Conforme a proposta, essas instituições estarão isentas da Cofins, do Imposto de Renda sobre as aplicações financeiras, do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e da contribuição para PIS/Pasep.

Por tramitar em caráter conclusivo, a proposta segue agora para sanção presidencial, a menos que haja recurso para que o projeto, que já havia sido aprovado também pela Comissão de Finanças, seja analisado também pelo Plenário da Câmara.

R\$ 365 mil

é o valor da renúncia fiscal, segundo estimativa de 2012



O relator na CCJ, Alessandro Molon, deu parecer favorável ao texto

Dívidas - O texto aprovado também cancela os débitos fiscais relativos a tributos federais ocorridos até a data de publicação da medida.

O relator, deputado Alessandro Molon (Rede-RJ), foi favorável à proposta, e argumentou que as instituições

têm um trabalho relevante e que devem ser apoiadas pelo poder público. “São entidades seculares, que fomentam nossa cultura e têm papel relevante na vida cultural do Rio de Janeiro e do Brasil”, disse.

Renúncia - De acordo com o projeto, o Poder Executi-

Por tramitar em caráter conclusivo, texto segue para sanção, a menos que haja recurso para análise no Plenário

vo estimará o valor da perda de receita decorrente da renúncia fiscal e o incluirá na proposta de lei orçamentária seguinte à sanção da matéria. Somente após essas providências, as desonerações produzirão efeitos.

A Comissão de Finanças e Tributação solicitou ao Ministério da Fazenda demonstrativo da estimativa do impacto da renúncia fiscal. Segundo nota do ministério, as isenções tributárias provocariam uma perda média de arrecadação de aproximadamente R\$ 115 mil ao ano, de 2012 até 2016.

Já o cancelamento dos débitos fiscais, provocará uma perda de até R\$ 250 mil, de acordo com as informações do ministério. Assim, a renúncia em 2012 totalizaria R\$ 365 mil.

DISCURSO

Flaviano Melo apoia a agenda econômica de Michel Temer

O deputado Flaviano Melo (PMDB-AC) destacou em Plenário as mudanças por que passaram o Brasil desde o afastamento de Dilma Rousseff, que responde a processo de impeachment no Senado, e o início da interinidade de Michel Temer na Presidência da República.

“Desde 12 de maio, quando assumiu o comando do País, Michel Temer e sua equipe de notáveis vêm trabalhando duro para recolocar o Brasil no caminho do desenvolvimento sustentável, cortando gastos, reduzindo o inchaço da máquina pública e promovendo a tão necessária articulação política com o Congresso Nacional para aprovar medidas importantes para o Brasil”, sustentou o parlamentar.

“Pouco mais de três meses após o afastamento da presidente Dilma, o Brasil já começa a respirar. O real ganha progressivamente valor frente ao dólar, o índice de confiança do consumidor registra a maior alta dos últimos cinco anos, os empresários voltam a pensar em investir e melhoram as expectativas do mercado financeiro nacional e internacional em relação ao Brasil”, continuou o deputado.

Flaviano Melo fez ainda um apelo aos colegas parlamentares. “É preciso termos a dimensão exata da nossa responsabilidade neste momento delicado por que atravessa o País e colaborarmos para a votação de matérias importantes e prioritárias, como a proposta que estabelece um teto para os gastos públicos”, disse. “De minha parte, estou de prontidão para votar, tão logo seja convocado, a agenda econômica apresentada por Temer.”

Leonardo Prado



Flaviano Melo: apoio a Temer

Admitida PEC sobre servidores de ex-territórios

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania também aprovou ontem a admissibilidade da proposta que muda a Constituição Federal para permitir que servidores públicos ou cidadãos que mantiveram relação de trabalho ou vínculo empregatício com os territórios extintos do Amapá ou de Roraima tenham o direito de optar por integrar o quadro em extinção da administração federal.

A medida está prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 199/16, do Senado. A relatora, Laura Carneiro (PMDB-RJ), frisou a importância da medida para quem ajudou a criar a administração pública no Amapá e em Roraima entre 1988 e 1993. “Outros servidores tiveram a mesma destinação”, disse.

Amapá e Roraima são ex-



Para a relatora da proposta, Laura Carneiro, a medida é justa

territórios brasileiros, criados em 1943 e em 1962 respectivamente, e acabaram elevados à categoria de estados pela Constituição de 1988. A transformação em estado fez com que servidores dos antigos territórios fossem incorporados às estruturas públicas estaduais recém-criadas.

Exigências - Pela PEC, para integrar o quadro em extinção do serviço público federal é preciso comprovar vínculo como empregado, servidor, prestador de serviço ou trabalhador contratado entre outubro de 1988 (promulgação da Constituição) e outubro de 1993 (instalação dos estados).

“Trata-se de fazer justiça com esses remanescentes que trabalharam na implantação dos estados.”

Deputada Laura Carneiro

Caso seja promulgada a PEC, a União terá 90 dias para regulamentar o direito de ingresso no quadro em extinção. A opção deverá ser exercida dentro de 30 dias. Fica proibido o pagamento de retroativos, mas resguarda-se a possibilidade de reclamar eventuais acréscimos.

Tramitação - Agora o mérito da PEC 199/16 será analisado por uma comissão especial criada com essa finalidade. Depois, seguirá para o Plenário, em dois turnos, e precisará de, pelo menos, 308 votos favoráveis.

Antonio Augusto

Parcerias para investimentos vão a Plenário

O programa foi criado nos primeiros dias do governo interino de Michel Temer para agilizar as concessões públicas

A comissão mista encarregada de analisar a Medida Provisória (MP) 727/16, que criou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), aprovou na segunda-feira (22) o relatório do senador Wilder Morais (PP-GO).

O substitutivo, aprovado por 11 votos a 2, estabelece que os empreendimentos incluídos no PPI deverão ser tratados como “prioridade nacional” por todos os agentes públicos de execução e controle da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O relator acolheu total ou parcialmente nove emendas. Uma delas, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), propõe restrições a privatizações, no âmbito do PPI, de estatais como Petrobras, além de instituições como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Emendas dos deputados Pauderney Avelino (DEM-AM) e José Carlos Aleluia (DEM-BA) foram consolidadas para dar maior transparência à atuação da secretaria do PPI, facultando ao Congresso Nacional o acesso aos dados dos empreendi-



Luis Macedo

O texto aprovado pelos parlamentares prevê que os empreendimentos do PPI tenham prioridade

mentos em andamento com encaminhamento de relatório anual sobre as ações.

Também foi acatada parcialmente emenda do deputado Julio Lopes (PP-RJ), presidente da comissão, para permitir que o poder público aceite e analise contribuições não solicitadas acerca de possíveis novos empreendimentos do PPI.

O senador Morais aceitou ainda quatro emendas que propunham o alargamento do Conselho do PPI, com a inclusão do presidente da Caixa Econômica como titular com direito a voto.

Polêmica - Um dos pon-

tos previstos no texto, que gerou polêmica na comissão, foi a criação do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, órgão que deverá assessorar o presidente da República para estabelecer as metas e acompanhar a aplicação do PPI.

Para o deputado Pedro Uczai (PT-SC), a medida representa na prática a venda do patrimônio público que é do povo. “O que prevê a medida provisória é a privatização. Vão criar um novo fundo com cotistas privados cuja natureza jurídica desse fundo será privado, para montar a engenharia

das privatizações do País e vender o patrimônio, entregar o patrimônio.”

O deputado Julio Lopes disse acreditar que a MP vai ser fundamental para a retomada do crescimento econômico no Brasil. Para ele, a secretaria terá a capacidade de “dar à economia o impulso necessário à sua transformação, à empregabilidade e o crescimento econômico que cada brasileiro espera nesse momento”.

Concessões - O programa foi criado nos primeiros dias do governo interino de Michel Temer com o objetivo de tornar “mais ágeis” as

Emenda aprovada propõe restrições a privatizações de estatais como Petrobras, além do BB e da Caixa Econômica Federal

concessões públicas, sob o argumento de que é preciso eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado.

O PPI lista empreendimentos públicos de infraestrutura a serem executados pelo setor privado.

A MP 727 também autorizou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a constituir e participar do fundo de apoio à estruturação de projetos.

Com o PPI, o governo alega que serão ampliadas as oportunidades de investimento e emprego e estimulado o desenvolvimento tecnológico e industrial.

Tramitação - A MP 727/2016 teve o prazo de vigência prorrogado até 8 de setembro e ainda vai ser analisada pelos plenários da Câmara e do Senado.

SERVIÇO PÚBLICO

Comissão aprova a substituição de DAS por funções

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 731/16, que substitui 10.462 cargos de Direção e Assessoramento Superiores do governo federal (DAS) por funções exclusivas de servidores públicos, aprovou ontem o relatório do deputado Hildo Rocha (PMDB-MA).

Os DAS são de livre nomeação e exoneração pelas autoridades responsáveis, sem a necessidade de concurso público. Hoje, não existem exigências para ocupar os cargos DAS, e as nomeações são feitas por indicação dos titulares de cada órgão.

Pela MP aprovada, as funções comissionadas só poderão ser concedidas a servidores concursados que ocuparem postos de direção, chefia e assessoramento.



Rodolfo Stuckert

As mudanças na Esplanada atendem à sociedade, disse Rocha

O texto aprovado permite que um cargo com função comissionada no governo federal seja ocupado por servidores de outros órgãos,

inclusive dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, desde que sejam concursados. A exceção é a Polícia Rodoviária Fede-

ral, onde os cargos com função só poderão ser ocupados por efetivos da própria PRF.

O relator incorporou 12 emendas apresentadas por parlamentares. As emendas desfazem a revogação total de algumas leis de organização administrativa de órgãos, estabelecida pela MP. A revogação passa a ser apenas parcial.

Economia - Com a medida, o governo pretende reduzir em R\$ 253 milhões os custos de pessoal, além de incentivar a meritocracia entre servidores concursados.

A estimativa é que a substituição dos 10.462 cargos de livre provimento por concursados traga uma economia de R\$ 252,9 milhões por ano para os cofres públicos (as despesas com cargos de DAS são R\$ 632,3

milhões, e com as funções serão de R\$ 379,4 milhões). Mas não há prazo para que isso aconteça. Os DAS que serão extintos variam de R\$ 2.227,85 a R\$ 8.554,70. Já as funções comissionadas que estão sendo criadas variam de R\$ 1.336,72 a R\$ 5.132,83.

A medida provisória foi aprovada por unanimidade na comissão mista. O deputado Hildo Rocha disse que há consenso sobre o assunto. “É uma medida provisória que vem atender os desejos dos servidores públicos, da sociedade brasileira, porque diminui custo, melhora a máquina pública. Enfim, não há nenhum partido político contra.”

A MP precisa ser votada até 7 de outubro nos plenários da Câmara e do Senado, para não perder a validade.

Proposta do MP contra corrupção é criticada

Especialistas citam riscos para as garantias individuais, a presunção da inocência e o ordenamento jurídico brasileiro

Advogados e especialistas criticaram pontos da proposta que altera a legislação de combate à corrupção (PL 4850/16), em audiência pública da comissão especial encarregada de analisar o texto. Entre os itens destacados estão as restrições ao habeas corpus e a permissão de uso de provas ilícitas em alguns casos.

O projeto, apelidado de “Dez Medidas Contra a Corrupção”, foi enviado ao Congresso pelo Ministério Público Federal, com o apoio de 2 milhões de assinaturas. Prevê ainda outras medidas que dividem opiniões de juristas.

Uma delas é o chamado teste de integridade para servidores públicos, que consiste em simular a oferta de propina para saber se a pessoa é honesta ou não. Outras medidas polêmicas são a necessidade de o juiz ouvir o Ministério Público antes de conceder habeas corpus para réus que não estão presos, e o confisco de patrimônio do corrupto mesmo quando não existem provas de que o bem é fruto de ilegalidade.

O projeto também au-

“O policial pode cometer crime para provar a mentira do réu. Mas o crime do policial é pior que o do réu.”

Marcelo Semer, juiz em São Paulo

“Peço aos senhores para não aprovarem essas medidas da maneira como estão.”

Gamil Föppel, professor da UFBA

“Se não atacar a fonte, que é o problema da legitimidade do sistema político, não adianta nada.”

Alberto Carlos de Almeida, sociólogo

“É preciso também discutir corrupção privada, como cartelização, e os tipos penais em licitações.”

Helena Torres, professor da USP

menta as penas para crimes contra a administração pública e criminaliza o enriquecimento ilícito. Além disso, permite ao juiz não aceitar recursos quando considerar que são apenas para atrasar o processo.

Críticas - Para os debatedores, algumas medidas comprometem garantias individuais previstas na Constituição. Segundo o juiz Marcelo Semer, de São Paulo, o projeto tem viés acusatório e fere o ordenamento jurídico brasileiro em diversos pontos.

Semer criticou a possibilidade de prisão preventiva sem o devido fundamento, o aumento de penas sem levar em consideração a proporcionalidade das punições para outros crimes e a definição das penas de acordo com o tamanho do prejuízo.

“A proposta tem um viés acusador, cria tipos penais, aumenta alguns outros, abre espaço para uso de provas ilícitas, fragiliza o habeas corpus e parte da premissa errada de que não é possível combater o crime sem ilegalidade”, disse.

Para Semer, a proposta lembra “o velho lema de que os fins justificam os meios”. Ele criticou também limites aos recursos dos réus e à concessão de habeas corpus.

“Não ficou claro o que é recurso abusivo. Abusivo, no meu entender, é criar obstáculos para os recursos. Criar obstáculos aos embargos infringentes é incabível. Todo o arcabouço legal brasileiro é no sentido de não condenar em caso de dúvida. Os embargos infringentes não chegam a 5% do total. Não há estatística que demonstre que atrasam os processos. Aqui simplesmente se restringem direitos”, disse.

O juiz também criticou a previsão, contida no projeto, de que prova ilícita pode ser considerada válida se obtida de boa-fé. “O projeto dissolve o princípio da prova ilícita. É uma contradição o conceito de prova ilícita de boa-fé. Permite provas ilícitas para contraditar álibi, ou seja, há um forte estímulo para a produção de provas ilícitas”.



O juiz Marcelo Semer, de São Paulo, fala durante a audiência pública da comissão especial da Câmara

Professor aponta “cheque em branco”

O advogado Gamil Föppel, professor de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), disse que a proposta de dez medidas contra a corrupção fere o processo penal. “O projeto é um engenho muito bem feito para rasgar o processo penal sob o pretexto de combater a corrupção. Mas não se combate a corrupção corrompendo o processo penal”, disse.

Para Föppel, as pessoas apoiaram o projeto sem ler. “Essas 2 milhões de pessoas assinaram um cheque em branco. O projeto prevê a flexibilização de garantias fundamentais. O problema é que o que causou isso passa, e a flexibilização continua”, disse.



Gamil Föppel, da UFBA

Föppel criticou vários pontos do projeto, como o aumento de penas para crime de corrupção, a tipificação criminal do enriquecimento ilícito, as limitações para a concessão de habeas

corpus e a permissão para o uso de provas ilícitas em determinadas circunstâncias.

“Se aumento de pena diminuísse crime, nós não teríamos mais crimes hediondos no Brasil. O crime de enriquecimento ilícito para servidor público é desnecessário, já que já existem os crimes de corrupção passiva e peculato. E o habeas corpus é tratado de maneira obscena”, disse.

Segundo o advogado, o uso de provas ilícitas e o chamado teste de integridade para servidores públicos, com a simulação de vantagens, permitem a prática de flagrantes preparados pela polícia.

Parlamentares também estão divididos

O projeto anticorrupção apresentado pelo Ministério Público Federal divide os integrantes da comissão especial da Câmara.

Para Wadih Damous (PT-RJ), as medidas ferem as garantias individuais e a Constituição. Ele chegou a comparar algumas propostas a medidas fascistas.

“Alguns pontos do projeto ferem garantias constitucionais e quem faz qualquer crítica às medidas é apontado como defensor da corrupção. Isso é fascismo”, disse.

Sérgio Vidigal (PDT-ES) disse temer as expectativas



O relator Onyx Lorenzoni

criadas em torno da aprovação do projeto. “Minha preocupação é que a gente crie a expectativa de que a lei vai

resolver os problemas e isso não acontecer”, disse.

Equilíbrio - Para o relator da comissão especial, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), é preciso chegar a um equilíbrio em relação à proposta, sem frustrar a população.

“Respeito a opinião dos convidados, mas não dá para dizer que o ordenamento jurídico brasileiro é suficiente para combater a corrupção. Precisamos encontrar uma maneira de responder a 2 milhões de brasileiros. Mas a resposta tem que ser equilibrada, sem colocar em risco o direito das pessoas.”

Alex Ferreira

Alex Ferreira

Alex Ferreira